

RELATÓRIO E CONTAS

2024



ÍNDICE

1	SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES	3
2	MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
3	APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	5
4	MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO	7
5	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	8
6	SÍNTESE DE ATIVIDADE EM 2024	9
7	ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA	21
8	PERSPETIVAS PARA O FUTURO	24
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
10	OUTRAS INFORMAÇÕES	26
11	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	27

1

SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

		2022	2023	2024
Capital Social	Eur	3 250 000	3 250 000	3 250 000
Capital Próprio	Eur	5 878 614	7 010 408	7 473 188
Ativo Líquido Total	Eur	10 389 523	9 844 387	10 342 853
Investimento	Eur	68 197	96 643	50 401
Volume de Negócios	Eur	7 649 672	8 814 344	9 108 243
EBITDA Ajustado (<i>Cash Flow</i> Operacional)	Eur	3 689 201	5 279 243	5 894 503
EBIT (Resultado Operacional)	Eur	2 545 651	4 086 413	4 688 075
Resultados Antes de Impostos	Eur	2 604 998	4 102 429	4 711 149
Resultado Líquido do Exercício	Eur	1 978 614	3 110 408	3 573 188
Rentabilidade dos Capitais Próprios	%	34%	44%	48%
Rentabilidade do Ativo	%	19%	32%	35%
Autonomia Financeira	%	57%	71%	72%
Nº de Colaboradores em 31 de dezembro	nº	14	14	14

2

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Águas do Vouga, constituída em abril de 1996, foi uma das primeiras concessões atribuídas em Portugal. E até hoje, é a única concessão “em alta” que foi objeto de um concurso público Internacional.

Com a tarifa de venda de água aos municípios das mais baixas do País; com perdas de água anuais sistematicamente abaixo de 1%; com 100% para o Indicador água segura; com 7 prémios/selos de qualidade atribuídos; e historicamente com boa saúde económica e financeira, a empresa continua a apresentar uma boa performance.

Em 2024 a Águas do Vouga apresentou um resultado líquido positivo de € 3.573.188 que representa um acréscimo de 14,9% face ao ano anterior. Na vertente operacional, o EBIT teve também um acréscimo de 14,7%. Estes resultados são consequência dos aumentos de Vendas e prestações de serviços e diminuição da rubrica FSE.

O desenvolvimento da implementação do plano de Investimento e respetivas obras do SRC II, tendo por base o aditamento ao contrato e os seus pressupostos, levou a revisão do caso base adaptando-o à realidade do projeto. Este segundo aditamento, que teve parecer favorável da ERSAR, aguarda a concretização da escritura publica. Apesar de ainda não escriturado, desde 2016 que são aplicados os pressupostos do 2.º aditamento sucessivamente acordados com a Concedente, que tem sempre por base a manutenção da TIR do 1.º aditamento, através de um equilíbrio entre a tarifa e a remuneração à Concedente.

O grande objetivo para 2025 será, como vem sendo histórico, continuar a garantir a quantidade e qualidade da água que seja solicitada ao sistema e o funcionamento em pleno do SRC II.

A empresa está a fornecer água aos municípios de Aveiro, Águeda (totalidade), Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro e Vagos, abrangendo uma população de 280.317 habitantes que terão garantias de um serviço exemplar e uma água de excelente qualidade até ao ano 2026, ano em que termina a concessão.

O Presidente do Conselho de Administração



Fausto Manuel Melo de Oliveira

3

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

3.1. BREVE HISTORIAL

A Águas do Vouga, empresa constituída em abril de 1996, é Concessionária do Sistema Regional do Carvoeiro (SRC).

O SRC é pertença da AMC-V (Associação de Municípios do Carvoeiro - Vouga) atualmente composta pelos Municípios de Aveiro, Águeda, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro e Vagos.

O Contrato de Concessão foi assinado em 30 de maio de 1996 e iniciou-se a 01 de outubro de 1996, em regime de exclusividade por 20 anos, para a exploração do sistema de captação, tratamento, elevação, transporte e armazenamento principal de água dos municípios pertencentes à AMC-V à data.

No âmbito do processo de ampliação do SRC, denominado SRC II, foi assinado o primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão, em junho de 2012, prorrogando-o por mais dez anos, até 2026 e estendendo o SRC à totalidade do município de Águeda e aos novos municípios de Oliveira do Bairro e Vagos que Integraram a Associação.

É ainda abastecida a freguesia de Válega, pertencente ao Município de Ovar.

Todos os sistemas de abastecimento destes municípios estão integrados na AdRA (Águas da Região de Aveiro), parceria entre o Estado, através da AdP e um conjunto de municípios pertencentes à CIRA (Comunidade Intermunicipal da Ria de Aveiro).

A empresa Águas do Vouga, S.A. foi constituída em Abril de 1996 com um capital de 5.250.000€, integralmente realizado e detido a 100% pela AQUAPOR, em resultado de adjudicação de concurso público internacional para o: "Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento, Elevação, Transporte e Armazenamento principal do Sistema Regional do Carvoeiro", por um período de 20 anos. Com o primeiro aditamento, esse período foi prolongado por mais 10 anos.



Municípios Abrangidos
Águeda, Aveiro, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro e Vagos

População Abrangida
280.000 habitantes

Principais Infraestruturas

1 Captação superficial
1 Captação subterrânea
(2 poços + 11 furos)

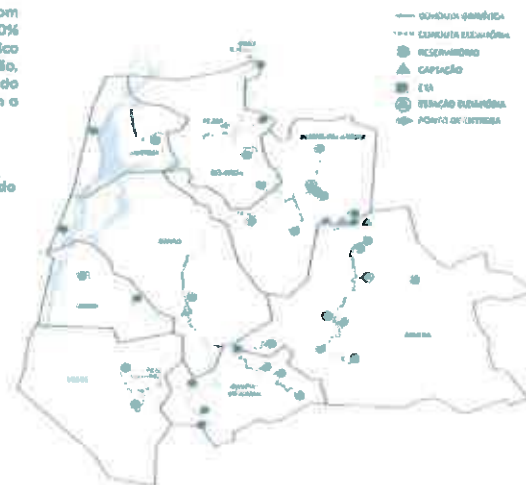
1 Estação de Tratamento de Água
(2.285 m³/h)

4 elevatórias e 1 Booster

19 Reservatórios (35.850 m³)

34 Pontos de Entrega

221 km de rede



3.2. ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas do Vouga é uma empresa com um capital de 3.250.000 euros integralmente realizado e detido a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A..

3.3. ÓRGÃOS SOCIAIS

- Mesa da Assembleia Geral:

Carlos Alberto da Silva Rodrigues – Presidente;

Cláudia Sofia Delicado Baleiras Dias Correia – Secretária.

- Conselho de Administração:

Eng. Fausto Manuel Melo de Oliveira, Presidente;

Dr. António Manuel Paredes Perelra da Cunha, Administrador;

Eng. Carlos Alberto Silva Rodrigues, Administrador.

- Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Deloitte & Associados - SROC S.A., representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro

Suplente do Fiscal Único: João Carlos Henriques Gomes Ferrelra

4

MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

4.1. MISSÃO

A Águas do Vouga tem como objetivo, no âmbito dos seus direitos e deveres contratuais, satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água, de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local, e assegurando a preservação do ambiente.

4.2. VISÃO

A Águas do Vouga pretende ser uma Concessão que se constitua como *benchmark* nacional na relação custo/eficiência do serviço, dando continuidade à boa avaliação que tem sido obtida nos índices de desempenho.

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

4.3. VALORES

Com uma cultura própria, recebida da AQUAPOR, a Águas do Vouga tem sabido escolher um percurso vencedor. Pretendemos manter essa cultura através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e profissionalismo
- Espírito de equipa
- Criação de valor
- Respeito pelo ambiente
- Ética
- Estabilidade

5

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O ano de 2024 manteve-se como mais um ano de continuidade no cumprimento do contrato de uma empresa que atingiu a estabilidade.

A fiabilidade da quantidade e qualidade da água solicitada pela entidade gestora da baixa, completam os outros objetivos estratégicos da empresa.



6

SINTESE DE ATIVIDADE EM 2024

ENVOLVENTE EXTERIOR

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Geral

O ano de 2024 foi marcado pela persistência de tensões geopolíticas, com a guerra na Ucrânia a manter-se sem uma resolução à vista e o conflito no Médio Oriente a continuar num estado de instabilidade. Apesar da volatilidade dos mercados, o impacto nos preços da energia foi mais moderado do que em anos anteriores.

Na área do euro, a inflação não desceu de forma sustentada ao longo do ano, mantendo-se acima da meta voltando a acelerar nos últimos meses. Em resposta, o Banco Central Europeu reduziu as taxas de juro em outubro e dezembro, numa tentativa de impulsionar a economia, mas manteve uma postura cautelosa face às pressões inflacionárias persistentes.

De acordo com a Informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores médios no fim do período):

	2022	2023	2024
Euribor 1M	-0,01%	3,17%	3,60%
Euribor 3M	0,23%	3,35%	3,61%
Euribor 6M	0,53%	3,56%	3,53%
Euribor 12M	0,92%	3,85%	3,31%

Fonte: EMMI (valores médios de fim de período)

Portugal

A economia portuguesa apresentou um crescimento moderado, apesar dos desafios orçamentais e incertezas externas.

O crescimento do **PIB** desacelerou de 2,5% em 2023 para 1,7% em 2024, (menos 0.8 p.p.), refletindo uma moderação da atividade económica, devido a fatores externos e a outros fatores estruturais da economia.

No mercado de trabalho, verifica-se uma ligeira redução da **taxa de desemprego** em 0,1 p.p, verificando-se uma estabilização, embora sem grandes melhorias significativas.

Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo **Índice de Preços no Consumidor** (IPC), registou uma variação média anual de 2,4% em 2024, inferior aos 4,3% observados em 2023.

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na Informação do Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2022	2023	2024
PIB	6,6%	2,5%	1,7%
IPC	7,8%	4,3%	2,4%
IHPC	8,1%	5,3%	2,6%
Desemprego	6,2%	6,5%	6,4%
Consumo Privado*	5,6%	2,0%	3,0%
Consumo Público*	1,4%	0,6%	1,1%
Exportações*	17,4%	3,5%	3,9%
Importações*	11,1%	1,7%	5,2%

Fonte: Banco de Portugal e INE
* Dados Dezembro de 2024

ENQUADRAMENTO DO SETOR 2024

Ao nível nacional, foi aprovado o PENSARP 2030 – Plano Estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais. Este plano estratégico tem como objetivos globais a promoção da eficácia, eficiência e sustentabilidade dos serviços e a valorização do ambiente, da economia e da sociedade através dos mesmos serviços.

Portugal - Atividade do Setor

De acordo com o RASARP 2024, existem atualmente em Portugal 351 entidades gestoras, das quais 229 com atividade de abastecimento público de água, 225 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 258 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2024), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (173) e de população (4,9 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No saneamento em "alta", o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 6,9 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	4	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	9
Associações de Municípios	-	1	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	3	-	-
Serviços Municipais	2	-	-
TOTAL	18	12	23

Fonte: ERSAR, RASARP, 2024

Na vertente da "baixa", existem em Portugal 221 entidades no abastecimento de água e 213 no saneamento de águas residuais, repartidas por 7 e 6 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em "baixa", os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo cerca de 2,4 milhões de habitantes e 144 concelhos, assim como os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,4 milhões de habitantes e 22 concelhos, seguindo-se as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,2 milhões de habitantes e 69 concelhos, e as concessões municipais, com cerca de 1,6 milhões de habitantes e 28 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em "baixa", os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,0 milhões de habitantes e 141 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,4 milhões de habitantes em 21 concelhos, as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,2 milhões de habitantes em 68 concelhos, as concessões municipais, com 1,4 milhões de habitantes em 21 concelhos, e as parcerias Estado/Municípios, com 0,8 milhões de habitantes distribuídos por 25 concelhos.

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	23	21	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	3	3	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	30	28	20

Associações de Municípios	-	1	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	19	9
Serviços Municipais	143	141	205
TOTAL	221	213	236

Fonte: ERSAR, RASARP, 2024

No que se refere à avaliação da qualidade de serviço, a acessibilidade física dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa”, é atualmente considerada boa para o território continental (RASARP, 2024).

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa		Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%	Área predominantemente urbana	98%
Área medlamente urbana	96%	Área medlamente urbana	89%
Área predominantemente rural	94%	Área predominantemente rural	78%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2024

No que se refere aos restantes indicadores, sem prejuízo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas entidades gestoras, o RASARP 2024 destaca como principais oportunidades de melhoria nos serviços em baixa:

- Abastecimento de água – adesão ao serviço, reabilitação de condutas e produção própria de energia. Destaca também a água não faturada e as perdas reais de água.
- Saneamento de águas residuais – ocorrência de inundações, adesão ao serviço por rede fixa, reabilitação de coletores, monitorização da condição de coletores, adequação dos recursos humanos no tratamento de águas residuais, controlo de descargas de emergência e de tempestade e cumprimento dos requisitos de descarga.

Em termos de número de concessões municipais de abastecimento de água em baixa, entre as 23 concessões existentes, a Aquapor detém 8, representando 41% em termos do número de alojamentos servidos por concessões, a que se acresce a Luságua Lisboa que faz a gestão da área do Porto de Lisboa.

Entidades Gestoras - Baixa	Nº Entidades	Alojamentos existentes (milhares)	Água Entrada Sistema (milhares m³)	Água não faturada (%)
GRUPO AQUAPOR	8	340	44 675	15,2
Concessões Municipais	23	822	95 084	15,2
País	221	5 728	839 869	26,9

Fonte: ERSAR, RASARP, 2024

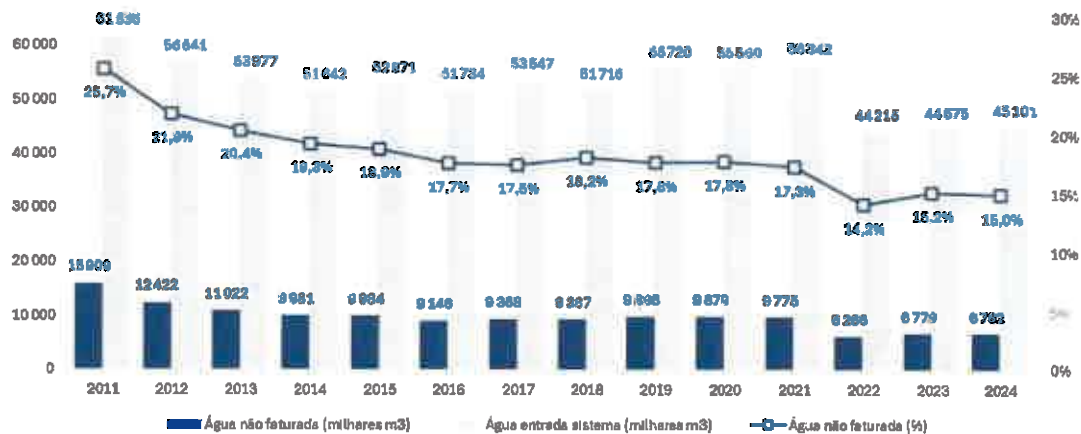
Quanto à água não faturada, segundo o RASARP 2024, a média continental foi de 26,9% referente ao ano 2024, enquanto a média do Grupo Aquapor foi de 15,2% no mesmo

período. A tabela e gráfico seguintes refletem a evolução do Grupo Aquapor ao longo dos últimos anos, já contemplando o ano de 2024, em que o nível de água não faturada foi de 15,0%.

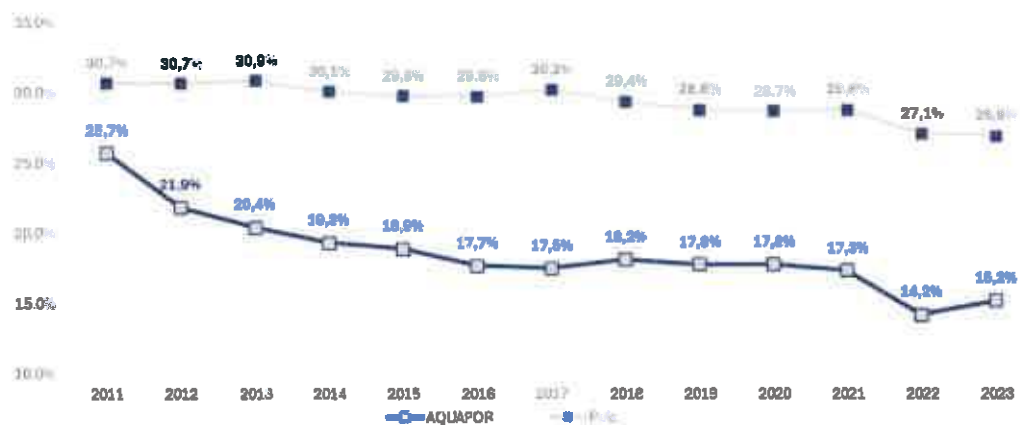
De referir que a descida dos volumes e número de clientes desde 2021 se deve ao término de duas das concessões do grupo: Águas do Sado, em 2022 e Águas do Lena, em 2023.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Água entrada sistema (*)	61 836	56 841	53 977	51 642	52 871	51 734	53 547	51 715	55 720	55 560	56 342	44 215	44 675	45 101
Água não faturada (%)	15 909	12 422	11 022	9 981	9 984	9 146	9 368	9 387	9 896	9 879	9 775	6 266	6 779	6 762
Água não faturada (%)	25,7%	21,8%	20,4%	19,3%	18,9%	17,7%	17,5%	18,1%	17,8%	17,8%	17,3%	14,2%	15,2%	15,0%
Clientes (nº)	382 294	379 695	378 019	378 537	378 628	378 426	382 407	385 536	401 642	403 810	408 060	344 067	338 983	341 732

(*) Valores em milhares m³



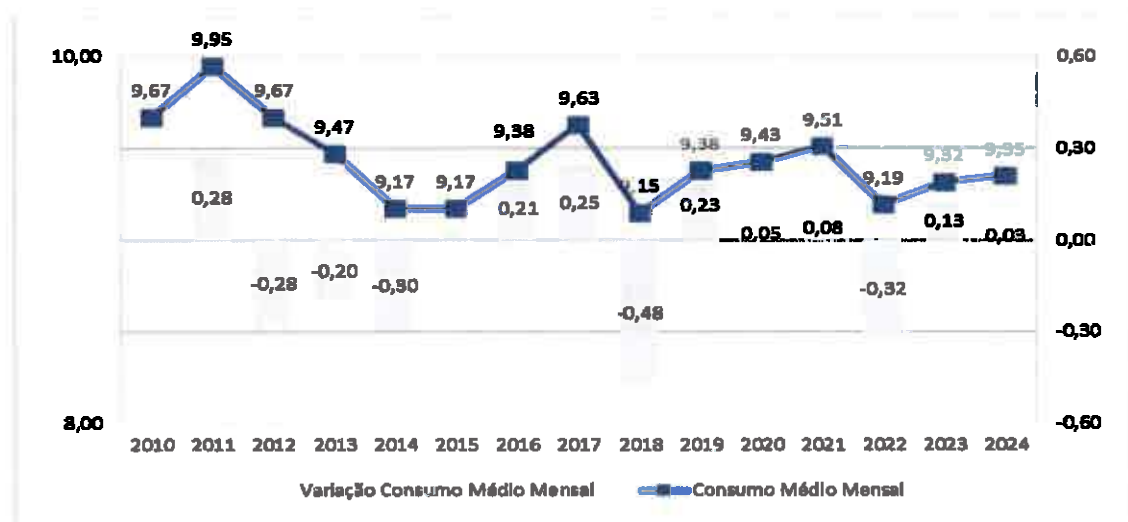
No gráfico seguinte efetua-se a comparação da evolução da água não faturada do Grupo AQUAPOR com a média do país dos últimos anos, de acordo com os dados disponíveis no RASARP 2024.



No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução crescente contínua do número de clientes registada nos últimos anos, apenas invertida de 2022 a 2024 devido ao término das duas concessões já referenciadas.



Quanto ao consumo, para o universo de municípios e clientes servidos pelo Grupo Aquapor, verifica-se um ligeiro aumento de 0,03 m³/Cliente/mês, situando-se em 9,35 m³/Cliente/mês.



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2024

FACTOS RELEVANTES

A empresa Águas do Vouga é concessionária do SRC, que abastece em alta os sistemas em baixa de oito municípios, que são geridos pela AdRA, a que correspondem 280.000 habitantes, de acordo com o Aditamento ao Contrato assinado em junho de 2012.

Do ano de 2024, tendo sido um ano de continuidade no cumprimento do seu contrato de uma empresa que atingiu a estabilidade, sem registo de factos negativos com relevância.

O consumo de água foi de 14 945 107 m³, acima do consumo mínimo e abaixo do verificado no ano de 2023.

O mês de setembro foi marcado pela existência de grande incêndio florestal, com incidência próxima de infraestruturas do Sistema Regional do Carvoeiro (Captação, ETA, EE2, RPA, R1, R3, R4, R5 e R16). Este evento foi alvo de relatório próprio para análise de funcionamento do SRC no decorrer do mesmo e inventariação de propostas de ações de melhorias e resiliência em eventuais situações futuras.

No que respeita ao Plano de Controlo de Qualidade de Água (PCQA), cumpriu-se o plano aprovado pela ERSAR tanto em relação à frequência da amostragem como ao cumprimento do Valor Paramétrico.

O 2.º aditamento ao contrato de concessão aguarda escritura pública. Têm sido aplicados pressupostos (tarifa e renda) acordados com a Concedente, que terão de ser vertidos na minuta final. Refira-se que em 2023, a ERSAR emitiu parecer favorável à minuta e ao EVEF, respetivos.

DESEMPENHO DA EMPRESA

O volume de água vendida foi de 14 945 107 m³ acima do consumo mínimo e abaixo do verificado no ano de 2023.

Volume de Água (m3)				
	2022	2023	2024	Var. %
Água Produzida	14 435 304	15 093 081	15 071 805	0%
Água Fornecida	14 353 780	14 954 614	14 945 107	-0.06%
Perdas % (I)	0.56%	0.92%	0.84%	-8%

EXPLORAÇÃO DO SISTEMA



PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

Para além das atividades normais num sistema de abastecimento de água com as características das Águas do Vouga, foram implementadas as seguintes ações para a concretização dos objetivos definidos:

ÁREA DE ATUAÇÃO – QUALIDADE DO SERVIÇO

Objetivos	Ações
Fiabilidade do sistema	Manutenção da Certificação de acordo com Norma ISO 9001 – Qualidade, Manutenção e continuidade de Sistema Integrado de Gestão que inclui Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, Plano de Segurança da Água e Gestão Patrimonial de Infraestruturas. Manutenção e conservação dos órgãos e equipamentos. Campanha de limpeza do leito do rio na área das captações. Aprovações e Renovações de licenciamentos de Equipamentos Sob Pressão (ESP).

ÁREA DE ATUAÇÃO – QUALIDADE DA ÁGUA

ÁREA RESPONSÁVEL – EXPLORAÇÃO

Objetivos	Ações
	Cumprido o plano de controlo analítico anual previsto.
Fornecer água com qualidade	Limpeza e desinfecção de reservatórios. Monitorização da qualidade da água.

ÁREA DE ATUAÇÃO – RESULTADO DO EXERCÍCIO

ÁREA RESPONSÁVEL – EXPLORAÇÃO

Objetivos	Ações
Garantir a sustentabilidade económica	Rentabilizar a capacidade instalada e não aumentar a % perdas.
Otimizar Custos	Aquisição de dados e informação que permita otimizar o funcionamento do sistema. Aumento da eficiência energética de instalações elevatórias. Substituição de 2 grupos eletrobomba com maior eficiência na Estação Elevatória para Reservatório do Beco.
Caudal consumido a 100% do caudal previsto	Garantir continuamente o caudal solicitado, atuando preventivamente e de imediato em emergências.
Aumento da receita	Fiabilidade e qualidade, para minimizar consumo de água de origens próprias.

OPERAÇÃO DOS ATIVOS

O objetivo de assegurar a estabilidade funcional e operacional do sistema foi alcançado na sua totalidade.

Tendo como objetivo a reposição da capacidade produtiva face à disponibilidade hídrica do rio, foi necessário proceder a limpeza do leito do rio.

MANUTENÇÃO DO SISTEMA

Foram asseguradas as atividades de manutenção do sistema, nos seus diversos domínios.

SISTEMA DE CONTROLO DE QUALIDADE

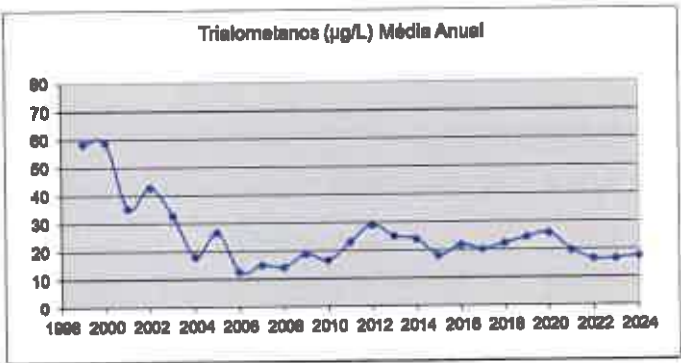
Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da qualidade da água, proposto e aprovado pela ERSAR para 2024.

O PCQA-Programa de Controlo de Qualidade da Água para o ano de 2025, encontra-se aprovado pela ERSAR. Este PCQA, teve em consideração alterações resultantes da publicação do Decreto-Lei 69/2023.

Foram realizadas aproximadamente 3600 determinações a mais de 70 parâmetros, no âmbito do Plano de Controlo de Qualidade do Sistema. Foi despendida a verba aproximada de 32 m Eur., que engloba os custos do controlo do SRC e os custos das análises oferecidas aos municípios no âmbito do acordo inicial estabelecido.

Não se verificou qualquer incumprimento de qualidade de água.

O valor médio de trihalometanos (17,4 µg/L) aumentou ligeiramente em relação a 2023, com valores sempre abaixo do valor paramétrico (80 µg/L) e muito inferiores aos encontrados em anos anteriores.



ÁREA COMERCIAL

A atividade comercial, dadas as limitações contratuais e conjunturais, manteve-se na fidelização do cliente, através da fiabilidade do SRC. Uma vez que a AdRA tem origens próprias, alternativas ao consumo de água oferecido pelo SRC, a concretização dos objetivos anuais, em termos de resultados do exercício, está fortemente condicionada à gestão de consumos que se verifiquem.

O Volume de Negócios realizado pela empresa em 2024 ascendeu a 9.108.243 euros repartidos da seguinte forma:

Vendas e Prestações de Serviços				
	2022	2023	2024	Var. %
Venda de Água	7 645 160	8 814 099	9 108 038	3%
Prestação Serviços	4 512	246	204	-17%
Total de Volume de Negócios	7 649 672	8 814 344	9 108 243	3%

Nestas condições, e considerando o contexto em que este aditamento ao contrato de concessão se insere, a água vendida (faturada) foi ligeiramente acima do caudal mínimo.

	Volume Fornecido (m3)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)
2009	9 176 398	2 698 649	0,29
2010	9 303 897	2 835 935	0,30
2011	9 655 419	3 009 594	0,31
2012	9 523 241	3 058 008	0,32
2013	9 597 701	3 405 809	0,35
2014	8 681 889	3 409 082	0,39
2015	11 188 654	5 379 272	0,48
2016	14 439 700	6 111 163	0,42
2017	14 442 822	6 273 853	0,43
2018	14 025 982	6 344 957	0,45
2019	14 055 538	6 734 739	0,48
2020	14 239 321	6 872 103	0,49
2021	14 333 182	7 137 574	0,50
2022	14 353 780	7 845 160	0,53
2023	14 954 614	8 814 098	0,59
2024	14 945 107	9 108 038	0,61
Variação 24/23	-0,06%	3,33%	3,40%

Nota: Dos 14.945.107 m3 fornecidos em 2024, 16 103 m3 foram faturados a 0 € (1º escalão).

ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E SISTEMAS

SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE

Os grandes objetivos previstos para 2024 foram, em primeiro lugar garantir a quantidade e qualidade da água, que fosse solicitada ao sistema, o que foi conseguido. Acrescem o continuar a prestar um serviço de Qualidade, com satisfação dos clientes, otimizando a exploração e a capacidade instalada.

O consumo de água foi de 14 945 107 m³, acima do consumo mínimo e abaixo do verificado no ano de 2023, não tendo havido falhas no abastecimento, nem incumprimentos de qualidade de água.

O sistema de gestão está globalmente concebido, implementado e mantido de acordo com os requisitos da Norma ISO 9001, e a Política de Qualidade manteve-se adequada.

A avaliação da satisfação do cliente, realizou-se através do:

- Retorno de Informação da Concedente e/ou das Entidades Gestoras em baixa (utilizadores); e da
- Eficiência com que as Águas do Vouga atende os requisitos e expectativas do seu cliente, evidenciada pelo cumprimento do contrato de Concessão.

A não existência de reclamações, a relação de proximidade existente com a Concedente e o cumprimento do especificado no Contrato de Concessão, fazem prova da satisfação do Cliente.

No âmbito dos processos de licenciamento de RAC's registou-se:

- Aprovação de funcionamento dos RAC's da EE2;
- Renovação da aprovação de funcionamento do RAC da EE1;
- Renovação de aprovação de funcionamento dos RAC's dos Compressores da EE1 e da EE2
- Aprovação da Instalação dos RAC's do sistema de saturação de ar para flotação.

E encontram-se em análise pelo Organismo Licenciador (IPQ):

- Processo de aprovação de funcionamento dos RAC's do sistema de saturação de ar para flotação; e
- Aguarda-se aprovação da proposta de Regulamento de Serviço, pela Concedente como previsto no Dec. Lei 194.

Em abril de 2024 foi realizada a auditoria externa de acompanhamento, tendo sido mantida a Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, segundo a Norma ISO 9001.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A empresa instalou e implementou os sistemas e procedimentos de funcionamento definidos na Aquapor.

Continuação de introdução de Informação e correções de cadastro, quando necessário, no âmbito do SIG-AQUAPOR.

RELAÇÕES COM A CONCEDENTE

As relações com o Concedente centraram-se na resolução de assuntos relacionadas com o Contrato de Concessão. O Plano de Contingência das Águas do Vouga encontra-se elaborado e aprovado, tendo sido inventariadas ações, conforme previsto no Contrato de Concessão, para aumento da resiliência do Sistema Regional do Carvoeiro.

CONTRATO DE CONCESSÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Em 2016 foram acordadas as bases do 2.º aditamento, que repõe o equilíbrio económico-financeiro da concessão, alterado em consequência da execução das obras do SRC II. A minuta e o EVEF foram enviados à ERSAR, que se pronunciou favoravelmente. O processo aguarda escritura pública. No plano real, tem sido praticado desde 2018, por acordo com a Concedente, o tarifário e renda do último EVEF acordado.

A Comissão de Acompanhamento exerceu a sua atividade dentro do previsto.

RELAÇÕES COM OUTROS INTERESSADOS NO DESEMPENHO DA SOCIEDADE

Registo importante para a intervenção que a AMC-V e as Águas do Vouga têm na sociedade, numa perspetiva de aproximação e de dar a conhecer a atividade desenvolvida e de mostrar

a sua importância para esta região, destacando-se este ano: visitas no âmbito do “Roteiro da água”, visitas de delegações do Malawi e da República do Montenegro e visitas internas em Congressos (Saúde Pública e Geoquímica).

7

ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

Os resultados gerados pelas Águas do Vouga registaram um aumento de 15% face ao ano anterior.

Demonstração dos Resultados				
	2022	2023	2024	Var. %
Vendas	7 645 180	8 814 098	9 108 038	3%
Prestações de Serviços	4 512	246	204	-17%
Volume de Negócios	7 649 672	8 814 344	9 108 243	3%
Subsídios à Exploração	0	5 590	0	
CMVMC	27 870	25 580	20 184	-21%
Fornecimentos e Serviços Externos	3 376 832	3 000 369	2 649 950	-12%
Gastos com o Pessoal	454 181	475 920	498 457	4%
Outros Resultados Operacionais	(108 845)	(36 915)	(40 071)	-9%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	3 683 942	5 281 150	5 901 371	12%
Amortizações	1 138 291	1 194 737	1 213 485	2%
Resultado operacional (RO)	2 545 651	4 086 413	4 688 075	15%
Resultados Financeiros	59 347	16 016	23 073	44%
Resultados Antes de Impostos	2 604 998	4 102 429	4 711 148	15%
Imposto Sobre o Rendimento	626 385	992 021	1 137 960	15%
Resultado Líquido do Exercício	1 978 614	3 110 408	3 573 188	15%

O aumento do volume de negócios em 3% decorre do aumento da venda de água.

O resultado operacional aumenta em 15%, com um impacto de 602 Milhares de euros, como consequência do aumento do volume de negócios e da redução do custo da eletricidade. A eletricidade, no ano de 2024 teve um decréscimo de 18% face a 2023, contribuindo com uma redução de 330 Milhares de euros.

ANÁLISE DO BALANÇO

Balanço		(em euros)		
	2022	2023	2024	Var. %
Ativo				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	4 511 370	3 413 277	2 250 183	-34%
Outros	47 770	49 330	49 038	-1%
Total dos Ativos não Correntes	4 559 139	3 462 606	2 299 221	-34%
Contas a Receber	316 373	2 814 999	1 595 951	-43%
Caixa e Depósitos Bancários	5 408 313	3 447 626	6 328 611	84%
Outros	105 698	119 156	118 070	-1%
Total dos Ativos Correntes	5 830 384	6 381 781	8 043 632	26%
Total do Ativo	10 389 523	9 844 387	10 342 853	5%
Capital Próprio e Passivo				
Capital Próprio	5 878 614	7 010 408	7 473 188	7%
Dívidas a Pagar	285 888	185 888	90 413	-51%
Financiamentos Obtidos	0	0	0	
Outros	250 128	241 447	229 744	-5%
Total dos Passivos não Correntes	536 016	427 335	320 157	-25%
Dívidas a Pagar	3 974 893	2 406 644	2 549 508	6%
Financiamentos Obtidos	0	0	0	
Total dos Passivos Correntes	3 974 893	2 406 644	2 549 508	6%
Total do Passivo	4 510 909	2 833 979	2 869 665	1%
Total do Capital Próprio e do Passivo	10 389 523	9 844 387	10 342 853	5%

O Total do Ativo Líquido atingiu, no final de 2024 os 10.3 Milhões de euros, registando um aumento de 5% face ao ano de 2023.

O **Ativo não Corrente** diminuiu 1.2 Milhões de euros com o impacto mais significativo da amortização dos ativos Intangíveis.

O **Ativo Corrente** apresenta um aumento de 1.7 Milhões de euros como consequência do aumento dos saldos de caixa e depósitos bancários em 2.9 Milhões de euros parcialmente compensado pela redução de saldo de contas a receber em 1.2 Milhões de euros.

O aumento de 7% verificado no **Capital Próprio** decorre do Resultado Líquido registado no exercício.

O total do **Passivo** aumenta em 35 Milhares de euros, pelo aumento das dívidas a pagar em 142 Milhares de euros.

8

PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Prevê-se que no ano de 2025, seja um ano de continuidade e com o aproximar do termo da Concessão, numa empresa que atingiu a maturidade.

Resumidamente, o orçamento para 2025, tem como grandes objetivos, na sua continuidade:

1. Continuar a prestar um serviço de Qualidade, com satisfação dos clientes, otimizando a exploração e a capacidade instalada;
2. Continuar a fornecer água de Qualidade;
3. Aumentar a resiliência do Sistema às adversidades climáticas e operacionais;
4. Continuar com o funcionamento em pleno do SRC II e adquirir dados e informação que permita otimizar o seu funcionamento;
5. Obter um bom resultado do exercício.



9

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2024, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

1. A Entidade Concedente, a AMC-V;
2. Aos membros do Conselho Diretivo e Assembleia Geral da Concedente;
3. O acionista, pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
4. Os Organismos e Serviços Públicos, em geral, e à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos em particular, pelo relacionamento mantido na resolução dos assuntos compreendidos nas suas áreas de competência;
5. Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
6. Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
7. Os Membros da Mesa da Assembleia-Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;
8. Os Colaboradores da Águas do Vouga, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.

10 OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2024 para além da informação divulgada na Nota dos Acontecimentos Após a Data do Balanço, no Anexo às Demonstrações Financeiras;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2024;
- A sociedade não tem sucursais.

11

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2024, no montante de 3.573.188 euros, tenha a seguinte distribuição:

A importância de 3.573.188 euros para distribuição de dividendos.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Fausto Manuel Melo de Oliveira



António Manuel Paredes Perelira da Cunha



Carlos Alberto Silva Rodrigues

Albergaria - a - Velha, 04 de março de 2025

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024 E RESPETIVO ANEXO

Águas do Vouga, S.A.

BALANÇO

em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Quantias em Euros

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	8	177 232	196 361
Ativos Intangíveis	7	2 072 951	3 216 916
Outros Investimentos Financeiros	13	2 478	2 478
Ativos por Impostos Diferidos	12	46 559	46 852
		2 299 221	3 462 606
Ativo Corrente			
Inventários	9	118 070	117 388
Clientes	13.1	14 516	2 448
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	81 874	259 874
Outros Créditos a Receber	13.2	1 500 561	2 552 676
Diferimentos	15.9	0	1 768
Caixa e Depósitos Bancários	4	6 328 611	3 447 626
		8 043 632	6 381 781
Total do Ativo		10 342 853	9 844 387
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital Subscrito	13.4	3 250 000	3 250 000
Reservas Legais	15.2	650 000	650 000
Resultados Líquidos do Período	15.2	3 573 188	3 110 408
Total do Capital Próprio		7 473 188	7 010 408
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	11	229 744	241 447
Outras Dívidas a Pagar	13.3	90 413	185 888
		320 157	427 335
Passivo Corrente			
Fornecedores	13	193 483	738 150
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	13 207	12 835
Outras Dívidas a Pagar	13.3	2 342 163	1 655 659
Diferimentos	15.9	655	0
		2 549 508	2 406 644
Total do Passivo		2 869 665	2 833 979
Total do Capital Próprio e Passivo		10 342 853	9 844 387

Conselho de Administração

Assinatura do Conselho de Administração

Contabilista certificado

Assinatura do Contabilista certificado

Águas do Vouga, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

		Quantias em Euros	
	Notas	31/12/2024	31/12/2023
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e Serviços Prestados	10	9 108 243	8 814 344
Subsídios à Exploração		-	5 590
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(20 194)	(25 580)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.3	(2 649 950)	(3 000 369)
Gastos com o Pessoal	14	(496 457)	(475 920)
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	7 068	1 907
Outros Rendimentos	15.4	40 206	43 674
Outros Gastos	15.5	(87 345)	(82 496)
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		5 901 571	5 281 150
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.6	(1 213 495)	(1 194 737)
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		4 688 075	4 086 413
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.7	36 898	16 077
Juros e Gastos Similares Suportados	15.8	(13 825)	(62)
Resultado antes de Impostos		4 711 149	4 102 429
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(1 137 960)	(992 021)
Resultado Líquido do Período		3 573 188	3 110 408

Conselho de Administração

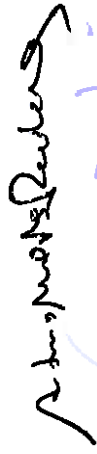
Contabilista certificado




Águas do Vouga, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Quantias em Euros						
		Capital Subscrito (Nota 13.4)	Reservas Legais (Nota 15.2)	Resultados Transitados (Nota 15.2)	Resultado Líquido do Período (Nota 15.2)	Total de Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	1	3 250 000	650 000		1 978 614	5 878 614
APLICAÇÃO DE RESULTADOS						
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados		-	-	1 978 614	(1 978 614)	-
	2	-	-	1 978 614	(1 978 614)	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
	3	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	4				3 110 408	3 110 408
RESULTADO INTEGRAL	5=3+4				3 110 408	3 110 408
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Distribuição de Dividendos	6	-	-	(1 978 614)	-	(1 978 614)
		-	-	(1 978 614)	-	(1 978 614)
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	7=1+2+3+4+6	3 250 000	650 000	-	3 110 408	7 010 408
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024						
7		3 250 000	650 000	-	3 110 408	7 010 408
APLICAÇÃO DE RESULTADOS						
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados		-	-	3 110 408	(3 110 408)	-
	8	-	-	3 110 408	(3 110 408)	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
	9	-	-	-	-	-
	10					
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	11=9+10				3 573 188	3 573 188
RESULTADO INTEGRAL					3 573 188	3 573 188
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Distribuição de Dividendos		-	-	(3 110 408)	-	(3 110 408)
	12	-	-	(3 110 408)	-	(3 110 408)
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	13=7+8+9+10+12	3 250 000	650 000	-	3 573 188	7 473 188

Conselho de Administração





Contabilista certificado



Águas do Vouga, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

		Quantias em Euros	
	Notas	31/12/2024	31/12/2023
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de Clientes		11 766 459	7 034 300
Pagamentos a Fornecedores		(3 258 868)	(5 718 938)
Pagamentos ao Pessoal		(410 183)	(386 786)
Caixa gerada pelas operações		8 097 408	928 576
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(957 709)	(655 596)
Outros recebimentos / pagamentos		(84 858)	254 483
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		7 054 841	527 463
<u>Fluxo de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(63 447)	(9 536)
Financiamentos concedidos	13	(1 000 000)	(500 000)
		(1 063 447)	(509 536)
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)		(1 063 447)	(509 536)
<u>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos	15.2	(3 110 408)	(1 978 614)
		(3 110 408)	(1 978 614)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		(3 110 409)	(1 978 614)
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2 880 985	(1 960 687)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	3 447 626	5 408 313
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	6 328 611	3 447 626

Conselho de Administração

Contabilista certificado

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros
exceto quando expressamente Indicado de outra forma)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

As Águas do Vouga, Exploração e Gestão do Sistema Regional do Carvoeiro, S.A. é uma sociedade anónima, constituída a 16 de abril de 1996 e tem como objeto social a exploração, em regime de concessão, do sistema de captação, tratamento, elevação e armazenamento principal de água do Sistema Regional do Carvoeiro pertença da Associação de Municípios do Carvoeiro, composta pelos municípios de Avelro, Águeda, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtosa e Válega (Ovar).

A empresa tem a sua sede na Estrada Nacional n.º 1, Feira Nova, Albergaria-a-Velha, Portugal. As Águas do Vouga são detidas a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A., que tem a sua sede em Lisboa.

ATIVIDADE CONCESSIONADA

Em 30 de maio de 1996 foi celebrado o Contrato de Concessão entre a Associação Município do Carvoeiro e as Águas do Vouga, S.A., pelo prazo de 20 anos e mediante uma renda total de 9.975.958 Euros.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia 30 de julho de 1996. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para as Águas do Vouga.

No termo do Contrato, a propriedade de todos os bens, Infraestruturas, Instalações e equipamentos (com exceção dos *stocks* de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas e utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das Infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente. Adicionalmente, a

Empresa tem a obrigação de realizar todas as obras necessárias à execução do plano de investimento e a sua exploração.

De acordo com contrato de concessão, estas Infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa.

A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas Infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão o valor anual de 249.399 euros, sendo que no ato da assinatura do contrato a concessionária pagou à concedente 50% da totalidade das rendas devidas até ao final do prazo contratual. A renda devida pela concessionária poderá ser revista se se verificar uma alteração superior a 24%, para mais ou para menos dos caudais mensais médios, em relação aos valores previstos.

Em 20 de junho de 2012 foi celebrada a adenda ao Contrato de Concessão inicial, em que se estabelece o aumento em 10 anos do prazo de vigência do contrato até outubro de 2026. Mediante esta alteração foram substituídas as rendas vincendas de 2013 a 2016 (contrato anterior) por uma renda total de 16.825.000 Euros. Contudo, é de referir que o impacto contabilístico decorrente desta adenda, apenas produziu efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013.

No ano de 2016 foi assinado com a concedente uma minuta do 2º aditamento, que tem como Impactos mais significativos a adaptação do tarifário e retribuição a pagar à concedente.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à Imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2024 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 BASE DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa mantidos de acordo com as NCRF.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a Informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Em resultado da avaliação efetuada, e tendo por base a Informação disponível na presente data (Nota 17) o Conselho de Administração concluiu manter-se válido o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

3.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 - Divulgação - Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo Intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das Infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar



automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas do risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores Investidos na concessão foram registados como um ativo intangível. Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

(A) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2024	2023
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/ Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são depreciados no período de vida útil dos bens a que respeitam. Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são depreciadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo fixo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente depreciados quando se encontram disponíveis para uso.

IMPARIDADE

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a Imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de Imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;



- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de Imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(B) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Ativos Intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um Ativo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

Handwritten signature

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, exceto para os Diretos de Concessão e Outros em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo, pelo que o valor amortizável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2024	2023
Diretos de Concessão	26,53%	20,43%
Propriedade industrial	33,33%	33,33%
Outros	26,53%	20,43%

O gasto com amortizações de Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a alguns dos tipos de Ativos Intangíveis:

(B.1) DIREITOS DE CONCESSÃO RELACIONADOS COM A ATIVIDADE CONCESSIONADA

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de Infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou Impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção (caudais de água), isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

(C) ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDO E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

(C.1) ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/ perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/ perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

(C.2) IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada de 22,5%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 7,5 e inferior a 35 milhões e uma taxa de 7% acima deste montante, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 22,5% e os 29,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas



circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou Impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

A Empresa está sujeita, desde 2009, ao Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). O valor do Imposto corrente, positivo ou negativo, é calculado por cada empresa filial com base na sua situação fiscal individual e imputado à sociedade dominante. Os resultados positivos ou negativos, que resultam dos ajustamentos de consolidação fiscal são da responsabilidade da empresa dominante.

(D) INVENTÁRIOS

A valorização dos Inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio
(*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.		

O custo dos Inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de Importação, Impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os Inventários terem associados a si Instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos Inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

(E) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo amortizado; e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Empresa não tem registado à data de 31 de dezembro de 2024 quaisquer ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor.

(E1) AO CUSTO AMORTIZADO

São mensurados “ao custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

(I) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

(II) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

(iii) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(E2) AO JUSTO VALOR COM AS ALTERAÇÕES RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor" com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas "Perdas por reduções de justo valor" e "Ganhos por aumentos de justo valor".

(E3) IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em Imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por Imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por Imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da



quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por Imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por Imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(E4) DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

(F) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer Imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(G) DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

(H) RUBRICAS DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

(H.1) CAPITAL SUBSCRITO

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(H.2) RESERVAS LEGAIS

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

(H.3) RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas.

(I) PROVISÕES

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

(I.1) PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS DE SUBSTITUIÇÃO

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos.

(J) FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado. Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (§37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado em Outros Passivos Financeiros.

(L) EFEITO DAS ALTERAÇÕES DAS TAXAS DE CâMBIO

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.



(M) RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui imposto sobre o Valor Acrescentado e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma Imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

(N) GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.



(N.1) FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS

De acordo com a legislação laborar em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica "Outras Dívidas a Pagar".

(N.2) BENEFÍCIOS DE CESSAÇÃO DE EMPREGO

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de Emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e o
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

(O) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros Incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um Influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(P) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que proporcionem Informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem Informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.2 JUÍZOS DE VALOR

(A) VIDAS ÚTEIS DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/ depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

(B) IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis; e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

3.3 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

(A) IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Inflação no preço das matérias-primas;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos;
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

(B) IMPARIDADE DAS CONTAS A RECEBER

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.2.



As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(C) PROVISÕES

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de Caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2024 e 2023 tinham a seguinte composição:

	2024	2023
Depósitos à Ordem	6 328 611	3 447 626
	6 328 611	3 447 626

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

No corrente exercício não foram efetuadas quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas, assim como não foram igualmente detetados quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6. PARTES RELACIONADAS:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente
<i>CTGA</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente
<i>Enviman</i>	Manutenção Gestão Ambiental	Prest. Serviços em vários locais do Continente

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços, S.A., com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas do Vouga, S.A. correspondente a 100% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas do Vouga presta / Transações que faz	Serviços que a Águas do Vouga recebe / Transações que recebe
<i>Aquapor Serviços</i>	Juros de empréstimos contratos mútuos	Assistência técnica, aluguer de equipamento, honorários de administrativos.
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Refaturação de custos vários (portagens, combustível)	Análises de Laboratório e trabalhos de manutenção.
<i>CTGA</i>	Estudos e Projetos	
<i>Enviman</i>	Gestão de Resíduos	

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas
<i>Aquapor Serviços</i>	2024	32 263	472 225	14 103	1 227 952	1 500 000
	2023	2 178	457 315	2 178	1 076 364	500 000
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	2024	4 514	84 479	413	10 905	-
	2023	4 345	85 712	270	9 359	-
<i>CTGA</i>	2024	27 500	-	-	-	-
	2023	-	-	-	-	-
<i>Enviman</i>	2024	650	-	-	-	-
	2023	-	-	-	-	-

As remunerações da pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2024	2023
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	132 564	127 202
Total de remunerações	132 564	127 202

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta e amortização acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Total Ativos Intangíveis
Custo:				
1 de Janeiro de 2023	23 050 779	63 410	383 323	23 497 511
Aumentos	-	-	-	0
31 de dezembro de 2023	23 050 779	63 410	383 323	23 497 511
Aquisições	-	-	-	-
31 de dezembro de 2024	23 050 779	63 410	383 323	23 497 511
	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Total Ativos Intangíveis
Amortizações e Imparidade:				
1 de Janeiro de 2023	18 781 638	63 410	295 815	19 140 863
Amortizações	1 132 086	-	7 646	1 139 732
31 de dezembro de 2023	19 913 724	63 410	303 461	20 280 595
Amortizações	1 136 290	-	7 675	1 143 964
31 de dezembro de 2024	21 050 014	63 410	311 136	21 424 559
Valor líquido contabilístico:				
A 31 de dezembro de 2024	2 000 765	0	72 187	2 072 951
A 31 de dezembro de 2023	3 137 055	0	79 861	3 216 916
A 1 de Janeiro de 2023	4 269 141	0	87 508	4 356 648

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direitos de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Associação de Municípios do Carvoeiro'.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por Imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Fixos Tangíveis
Custo:						
1 de janeiro de 2023	8 678	310 450	10 499	103 322	76 756	509 705
Aumentos	-	90 924	-	5 720	-	96 643
31 de dezembro de 2023	8 678	401 374	10 499	109 042	76 756	606 349
Aumentos	-	44 069	-	6 332	-	50 401
31 de dezembro de 2024	8 678	445 443	10 499	115 374	76 756	656 750
	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Fixos Tangíveis
Depreciações e Imparidade:						
1 de janeiro de 2023	4 075	163 057	10 152	102 295	75 406	354 985
Depreciações	392	53 359	98	939	217	55 005
31 de dezembro de 2023	4 466	216 416	10 250	103 234	75 623	409 988
Depreciações	392	66 660	98	2 165	217	69 531
31 de dezembro de 2024	4 857	283 075	10 348	105 399	75 840	479 519
Valor líquido contabilístico:						
A 31 de dezembro de 2024	3 821	162 369	151	9 975	916	177 232
A 31 de dezembro de 2023	4 212	184 959	249	5 808	1 133	196 361
A 1 de janeiro de 2023	4 603	147 393	347	1 027	1 350	154 720

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2024	2023
7 Contratos de aluguer de viaturas	168 852	41 045
	168 852	41 045

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2024	2023
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	46 383	11 490
Mais de um ano	122 469	29 555
Total dos Pagamentos	168 852	41 045

9. INVENTÁRIOS

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2024	2023
Matérias-primas, Subs. e de Consumo	118 070	117 388
	118 070	117 388

As quantias de Inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências em 1 de janeiro de 2023		
Compras	102 798	102 798
Existências em 31 de dezembro de 2023	40 169	40 169
	(117 388)	(117 388)
	25 580	25 580
Existências em 1 de janeiro de 2024		
Compras	117 388	117 388
Existências em 31 de dezembro de 2024	20 876	20 876
	(118 070)	(118 070)
	20 194	20 194

10. RÉDITO

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2024	2023
Vendas		
Produtos Acabados e Intermédios - Água	9 108 038	8 814 098
	9 108 038	8 814 098
Prestações de Serviços		
Serviços - Outros	204	246
	204	246
	9 108 243	8 814 344

O valor das vendas e prestações de serviços são referentes ao mercado interno.

11. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição	Outras Provisões	Total
A 1 de Janeiro de 2023	42 734	207 394	250 128
Reversões do ano	(3 482)	-	(3 482)
Aumentos do ano	-	1 575	1 575
Ajustamento	(6 774)	-	(6 774)
A 31 de dezembro de 2023	32 478	208 968	241 447
A 1 de janeiro de 2024	33 218	208 229	241 447
Reversões do ano	(5 770)	(1 298)	(7 068)
Ajustamento	(4 635)	-	(4 635)
A 31 de dezembro de 2024	22 813	206 931	229 744

12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Gasto por Impostos correntes é o Indicado no quadro seguinte:

	2024	2023
Imposto Corrente		
IRC do ano	1 137 668	993 605
	1 137 668	993 605
Imposto Diferido		
Outros movimentos	292	(1 584)
	292	(1 584)
	1 137 960	992 021

Não houve lançamento de novos impostos, sendo que a taxa de IRC se manteve a 21%.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes de impostos	4 711 149	4 102 429		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,0%	21,0%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	989 341	861 510	21,00%	21,00%
Provetos não tributáveis				
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	11 703	10 256		
Restituição de impostos não dedut. e excesso de estim.	35 897	-		
Benefícios fiscais	385	-		
	47 984	10 256	(5,71%)	(5,55%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Multas, coimas e juros compensatórios	-	32		
Provisões para além limites legais	7 675	9 221		
Outros	1 012	110		
	8 687	9 362	(5,54%)	(5,55%)
Lucro tributável	4 671 851	4 101 536		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	979 089	859 322	20,78%	20,95%
Tributação autónoma	7 362	7 018	0,16%	0,17%
Derrama	56 062	49 218	1,19%	1,20%
Derrama Estadual	95 156	78 046	2,02%	1,90%
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	292	(1 584)	0,01%	(0,04%)
	158 872	132 699	3,37%	3,23%
Imposto sobre o rendimento	1 137 960	992 021	24,15%	24,18%

Os ativos impostos diferidos reconhecidos no balanço detalham-se da seguinte forma:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados	
	2024	2023	2024	2023
Impostos Diferidos Ativos				
Provisões não aceites fiscalmente	46 559	46 852	292	(1 584)
	46 559	46 852	292	(1 584)

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos		2024	2023
Não corrente			
Outros ativos financeiros		2 478	2 478
Corrente			
Cilentes		14 516	2 448
Valor bruto		14 516	2 448
Acionistas/ Sócios		1 500 000	500 000
Outros créditos a receber		561	2 052 676
		1 500 561	2 552 676
		1 515 077	2 555 125
Instrumentos Financeiros Passivos		2024	2023
Não corrente			
Outras dívidas a pagar		90 413	185 888
		90 413	185 888
Corrente			
Fornecedores		120 225	679 767
Nacionais		-	424
Países comunitários		73 258	57 960
Outras partes relacionadas		193 483	738 150
		2 342 163	1 655 659
Outras dívidas a pagar		2 342 163	1 655 659
Instrumentos de Capital		2024	2023
Capital		3 250 000	3 250 000
		3 250 000	3 250 000

Todos os ativos financeiros estão mensurados pelo custo menos imparidade.

13.1 CLIENTES

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			<30 Dias	31-60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	> 121 Dias
Ano 2024	14 516	14 516	-	-	-	-	-
Ano 2023	2 448	2 448	-	-	-	-	-

13.2 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	-	2 052 116
Outros devedores		
Acionistas/ Sócios	1 500 000	500 000
Outros	561	561
	1 500 561	2 552 676

O Saldo da rubrica "Acionistas/Sócios" é referente ao contrato mútuo, celebrado entre as Águas do Vouga e Acionista Aquapor.

13.3 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Outras dívidas a pagar - não correntes		
Outros credores		
Associação de Municípios do Carvoeiro	90 413	185 888
	90 413	185 888
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	71 806	64 057
Outros	1 002 644	442 789
Outros credores		
Associação de Municípios do Carvoeiro	130 044	155 208
Outros	1 137 668	993 605
	2 342 163	1 655 659

O saldo da rubrica “Credores por acréscimos de gastos-outros” contém um montante de 889 374€, de julho a de dezembro, referente ao fornecedor de energia, devido a dificuldades de emissão de faturas após a migração do sistema Informático.

O saldo da rubrica ‘Outros Credores – Associação de Municípios do Carvoeiro’ é referente ao Direlto de Concessão adquirido pela empresa, conforme respetivo Contrato de Concessão e tem como contrapartida a rubrica de Ativos Intangíveis – Direitos de Concessão.

O saldo da rubrica “Outros Credores – outros” Inclui o montante de 1.137.668 Euros referente à estimativa de imposto do exercício a pagar à Aquapor Serviços, S.A. no âmbito do RETGS (Nota 12).

13.4 CAPITAL SUBSCRITO

As quantias do capital social nominal emitido são as indicadas no quadro seguinte:

O capital social emitido é composto por 650.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

	2024	2023
Capital social nominal emitido	3 250 000	3 250 000
Aquapor – Serviços, S.A.	3 250 000	3 250 000
	3 250 000	3 250 000

13.5 COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2024:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
98/189/50465	BPI	3 127	Cartões galp frota	Petrogal	Cartões
N00405569	Novo banco	2 992 787		Associação de Municípios do Carvoeiro	Caução de contrato de concessão

13.6 RISCOS RELATIVOS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.



No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
 - Risco de taxa de juro
 - Risco de taxa de câmbio
 - Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros - exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de passivos financeiros contratados a taxa variável.

A Empresa utiliza ainda um descoberto bancário para fazer face às dificuldades de tesouraria.

No entanto, consideramos que face aos montantes envolvidos, os possíveis impactos são Imateriais.

RISCO DE TAXA DE CâMBIO

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – Clientes, fornecedores, outros créditos a receber e as outras dívidas a pagar.

A gestão do risco de crédito relativo a clientes e outros créditos a receber é efetuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas procedimentos e controlos estabelecido pela Empresa; e
- Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios de avaliação interna.

14. GASTOS COM PESSOAL

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2024	2023
Remunerações dos órgãos sociais	107 374	104 350
Remunerações do pessoal	286 139	269 168
Encargos sobre remunerações	84 942	82 446
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	5 670	5 586
Gastos de ação social	9 293	10 754
Outros gastos com o pessoal	3 039	3 616
	496 457	475 920

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2024 foi de 14 (2023: 14 pessoas).

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

15.1 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Saldo a Receber		
IVA	81 874	259 874
	81 874	259 874
Saldo a Pagar		
Retenções Imposto sobre Rendimento	4 303	4 437
Contribuição para a Segurança Social	8 904	8 398
	13 207	12 835

A Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 passou a integrar o RETGS do Grupo, do qual a Aquapor Serviços, S.A. é a entidade dominante. Por este motivo, o montante relativo a estimativa de imposto do exercício encontra-se reconhecida como uma conta a pagar à Aquapor Serviços, S.A. uma vez que é esta entidade que faz os pagamentos por conta das Empresa do Grupo inseridas no RETGS (Nota 13.3).

15.2 RESERVAS E RESULTADOS

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de janeiro de 2023	650 000		1 978 614	2 628 614
Distribuição de Dividendos	-	(1 978 614)	-	(1 978 614)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	1 978 614	(1 978 614)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	650 000	-	3 110 408	3 760 408
Saldo em 1 de janeiro de 2024	650 000	-	3 110 408	3 760 408
Distribuição de Dividendos	-	(3 110 408)	-	(3 110 408)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	3 110 408	(3 110 408)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	650 000	-	3 573 188	4 223 188

Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2023: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral a 28 de março de 2024, o resultado líquido do exercício de 2023, no valor de 3.110.408 Euros foi transferido para distribuição de dividendos.

Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2022: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral a 27 de abril de 2023, o resultado líquido do exercício de 2022, no valor de 1.978.614 Euros foi transferido para distribuição de dividendos.

15.3 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Subcontratos	97 521	160 444
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	17 371	10 101
Publicidade e propaganda	1 786	1 284
Vigilância e segurança	1 600	1 600
Honorários	1 560	1 160
Conservação e reparação	83 034	68 565
Despesas Bancárias	23 139	23 031
Outros	532 639	544 232
Materials		
Ferramentas e utensílios	814	828
Material de escritório	1 464	946
Energia e Fluidos		
Eletricidade	1 512 204	1 841 940
Combustíveis	45 095	38 671
Outros Fluidos	182 755	192 597
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	7 860	6 098
Transportes de Mercadorias	44	190
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	58 965	35 337
Comunicação	8 393	7 292
Seguros	19 769	17 827
Contencioso e notariado	339	105
Despesas de representação	411	1 452
Limpeza, higiene e conforto	10 643	8 311
Outros	42 546	38 355
	2 649 950	3 000 369

15.4 OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de "Outros Rendimentos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Rendimentos Suplementares		
Outros		
Outros	4 309	(3 816)
Excesso de estimativa de imposto		
Outros não especificados	35 897	-
	-	47 490
	40 206	43 674

15.5 OUTROS GASTOS

A rubrica de "Outros Gastos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Impostos		
Outros	86 202	81 536
Donativos		
Outros Não Especificados	950	850
	193	0
	87 345	82 496

15.6 GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÃO

A rubrica de "Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis (Nota 8)	69 531	55 004
Ativos Intangíveis (Nota 7)	1 143 964	1 139 732
	1 213 495	1 194 737

15.7 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

A rubrica de "Juros e Rendimentos Similares Obtidos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Juros Obtidos	32 263	2 178
De Financiamentos concedidos a Associadas e Empre. Conjuntos		
Atraso de pagamento de clientes	4 635	13 899
Outros Rendimentos Similares	36 898	16 077

15.8 JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica de "Juros e Gastos Similares Suportados" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Juros Suportados	-	32
Mora e Compensatórios		
Outros Gastos e Perdas de Financiamento	23	30
Serviços Bancários		
Outros	13 802	0
Renda de concedente	13 825	62

15.9 DIFERIMENTOS

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2024	2023
Gastos a reconhecer	-	1 768
Outros	-	1 768

	2024	2023
Rendimentos a reconhecer	(655)	-
Outros	(655)	-

16. ASPETOS AMBIENTAIS

Em 2024 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2024 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgado qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão, a 05 de março, pelo Conselho de Administração.

Desde 31 de dezembro de 2024 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º e 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2024, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;

- c) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º do CSC;
- d) Informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2024 da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2025, nos prazos legais.

Conselho de Administração



Contablista certificado

